Engie Transmissão de Energia Participações II S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Engie Transmissão de Energia Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Engie Transmissão de Energia Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Engie Transmissão de Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 28 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013654

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 36.207.020/0001-85
NIRE N° 42 3 0005051-2
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. é uma sociedade anônima cujo objeto social é participar, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora direta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

2. Controle Acionário

A Companhia é controlada pela ENGIE, a qual é sediada em Florianópolis e é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. A ENGIE atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

	Consolidado		
Indicadores de resultado	**31.12.2021**	**31.12.2020**	**Variação (R$)**
Receita operacional líquida	2.743.936	1.101.579	1.642.357
Custos operacionais	(2.490.639)	(952.106)	(1.538.533)
Resultado do serviço (EBIT)	244.452	148.575	95.877
EBITDA (Lajida)[1]	244.452	148.575	95.877
Resultado financeiro	(458.273)	(41.205)	(417.068)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(150.532)	69.055	(219.587)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, por meio de suas controladas indiretas Novo Estado e Gralha Azul, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão dos Sistemas de Transmissão Novo Estado e Gralha Azul, respectivamente, e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

5. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

6. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

7. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ N° 36.207.020/0001-85 | NIRE N° 42 3 0005051-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	23	54	433.896	47.908
Ativo de contrato	5	-	-	387.529	-
Depósitos vinculados	6	-	-	45.360	-
Outros ativos circulantes		-	-	23.795	1.123
		23	**54**	**890.580**	**49.031**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	5	-	-	4.936.101	1.593.863
Depósitos vinculados	6	-	-	-	43.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	13.479	3.406
Outros ativos não circulantes		-	-	243	13
		-	**-**	**4.949.823**	**1.641.060**
Investimento	**7**	**1.122.631**	**491.385**	**-**	**-**
Imobilizado		**-**	**-**	**906**	**-**
Intangível	**8**	**-**	**-**	**316.268**	**316.268**
		1.122.631	**491.385**	**5.266.997**	**1.957.328**
TOTAL		**1.122.654**	**491.439**	**6.157.577**	**2.006.359**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ N° 36.207.020/0001-85 | NIRE N° 42 3 0005051-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	61.559	52.840
Dividendos		16.401	16.401	34.056	16.401
Financiamentos	11	-	-	42.150	4.563
Obrigações fiscais e regulatórias	13	-	-	25.235	11.390
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	6	-	-	45.359	7.200
Outros passivos circulantes		-	-	3.593	931
		16.401	**16.401**	**211.952**	**93.325**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	4.184.488	771.504
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	-	531.216	504.784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	114.929	125.708
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	6	-	-	-	36.000
Outros passivos não circulantes		-	-	8.739	-
		-	**-**	**4.839.372**	**1.437.996**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15**				
Capital social		1.204.131	422.384	1.204.131	422.384
Reservas de lucros		-	52.654	-	52.654
Prejuízos acumulados		(97.878)	-	(97.878)	-
		1.106.253	**475.038**	**1.106.253**	**475.038**
TOTAL		**1.122.654**	**491.439**	**6.157.577**	**2.006.359**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ N° 36.207.020/0001-85 | NIRE N° 42 3 0005051-2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**16**	**-**	**-**	**2.743.936**	**1.101.579**
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura	5	-	-	(2.490.639)	(952.106)
Outros custos operacionais		-	-	(805)	-
		-	**-**	**(2.491.444)**	**(952.106)**
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**252.492**	**149.473**
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(29)	-	(8.252)	(898)
Outras receitas operacionais		-	-	212	-
		(29)	**-**	**(8.040)**	**(898)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	(150.502)	69.055	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(150.531)**	**69.055**	**244.452**	**148.575**
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	-	21.899	3.402
Renda de depósitos vinculados		-	-	1.734	266
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	-	-	(441.643)	(34.128)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	12	-	-	(27.763)	(4.784)
Juros sobre debêntures		-	-	-	(2.983)
Outras despesas financeiras, líquidas		(1)	-	(12.500)	(2.978)
		(1)	**-**	**(458.273)**	**(41.205)**
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**(150.532)**	**69.055**	**(213.821)**	**107.370**
Imposto de renda e contribuição social	**17**				
Corrente		-	-	(43)	-
Diferido		-	-	63.332	(38.315)
		-	**-**	**63.289**	**(38.315)**
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(150.532)**	**69.055**	**(150.532)**	**69.055**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(150.532)**	**69.055**	**(150.532)**	**69.055**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(150.532)**	**69.055**	**(150.532)**	**69.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ N° 36.207.020/0001-85 | NIRE N° 42 3 0005051-2

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros (Prejuízos) acumulados**	**Total**
Aporte de constituição		10	-	-	-	10
Aumento de capital		422.374	-	-	-	422.374
Lucro líquido do exercício		-	-	-	69.055	69.055
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	3.453	-	(3.453)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(16.401)	(16.401)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	49.201	(49.201)	-
Saldos em 31.12.2020	**15**	**422.384**	**3.453**	**49.201**	**-**	**475.038**
Aumento de capital		781.747	-	-	-	781.747
Prejuízo do exercício		-	-	-	(150.532)	(150.532)
Absorção do prejuízo com reservas		-	(3.453)	(49.201)	52.654	-
Saldos em 31.12.2021	**15**	**1.204.131**	**-**	**-**	**(97.878)**	**1.106.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ N° 36.207.020/0001-85 | NIRE N° 42 3 0005051-2

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(150.532)	69.055	(213.821)	107.370
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	150.502	(69.055)	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	(664.289)	(88.511)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	441.643	34.128
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	27.763	4.784
Outros	-	-	425	2.717
Resultado ajustado	**(30)**	**-**	**(408.279)**	**60.488**
(Aumento) redução nos ativos				
Ativo de contrato	-	-	(1.772.108)	(1.051.806)
Depósitos vinculados	-	-	152	28
Outros ativos	-	-	(21.338)	3.080
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	4.106	38.100
Obrigações fiscais e regulatórias	-	-	11.724	-
Outros passivos	-	-	1.725	9.385
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(30)**	**-**	**(2.184.018)**	**(940.725)**
Pagamento de juros sobre dívidas	-	-	(36.082)	(8.931)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(30)**	**-**	**(2.220.100)**	**(949.656)**
Atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(183.306)	(255.111)	-	-
Outros	-	-	(906)	460
Caixa líquido das atividades de investimento	**(183.306)**	**(255.111)**	**(906)**	**460**
Atividades de financiamento				
Aporte de constituição e aumentos de capital	183.305	255.165	183.305	255.165
Captação de financiamentos	-	-	2.425.020	741.939
Pagamento de debêntures	-	-	-	(500.000)
Ações preferenciais resgatáveis emitidas	-	-	-	500.000
Custo de ações preferenciais resgatáveis emitidas	-	-	(1.331)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**183.305**	**255.165**	**2.606.994**	**997.104**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(31)**	**54**	**385.988**	**47.908**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	54	-	47.908	-
Saldo final	23	54	433.896	47.908
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(31)**	**54**	**385.988**	**47.908**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 20 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A. ("Companhia" ou "ETP II"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 31.01.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no ano de 2021 foram estes:

a) Reorganização societária

Em 03.02.2021, a ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e a Gralha Azul Participações S.A. ("GAP"), atual denominação da ENGIE Transmissão de Energia Participações III S.A., controlada direta da Companhia, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da ECP e a respectiva incorporação pela GAP do patrimônio líquido cindido, com a versão das ações representativas do capital social da Gralha Azul Transmissão de Energia S.A. ("Gralha Azul") da ECP para a GAP, com a consequente redução do capital social da ECP e aumento de capital da Companhia. A transferência de titularidade das ações de emissão da Gralha Azul, objeto da cisão parcial, para a GAP, foi previamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), conforme o Despacho n° 2.884, de 07.10.2020, tendo em vista que a Gralha Azul é a concessionária no Contrato de Concessão n° 01/2018.

A Gralha Azul, controlada indireta da Companhia, tem como objeto social a transmissão de energia elétrica. Em 15.12.2017, essa controlada indireta arrematou no Leilão de Transmissão n° 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 231.725, a valores de 11.08.2017. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

b) Ação civil pública

Em 15.10.2020, em uma ação civil pública movida por três Organizações não Governamentais (ONGs), a controlada indireta Gralha Azul recebeu uma liminar da Justiça Federal, suspendendo duas licenças ambientais do projeto e a supressão de vegetação desses grupos, relativas à linha de 525 Kv. Em 09.12.2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado pela União Federal e pelo Estado do Paraná e em 10.12.2020 deferiu o pedido de suspensão de liminar e de sentença apresentado, suspendendo assim a liminar e possibilitando a retomada e continuidade das obras imediatamente.

Adicionalmente, em 16.10.2020, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná ajuizaram uma segunda ação civil pública, que passou a tramitar em conexão com a ação acima, na mesma Vara Federal. No âmbito desta ação, foi proferida decisão liminar, em 16.03.2021, suspendendo parcialmente as obras em um trecho denominado "Escarpa Devoniana". Em decorrência dessa decisão, em 24.03.2021, União, Estado do Paraná e Gralha Azul apresentaram pedido de extensão dos efeitos da suspensão de liminar e de sentença para que abrangesse esta segunda liminar. Na mesma data, em 24.03.2021, o STJ deferiu os pedidos apresentados, sustando os efeitos da citada liminar até o trânsito em julgado da ação.

c) Acompanhamento dos projetos dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado

c.1) Gralha Azul

Em 28.09.2021, o Sistema de Transmissão Gralha Azul obteve autorização do Operador Nacional do Sistema (ONS) para o início da operação comercial parcial de suas linhas de transmissão. A entrada em operação comercial total está prevista para fevereiro de 2023.

Complementarmente, durante o ano de 2021, em função do andamento da implantação de Gralha Azul, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Com isso, houve o reconhecimento de R$ 181 milhões referente às perdas por ineficiência na construção da infraestrutura de Gralha Azul.

c.2) Novo Estado

Em 23.12.2021, a controlada indireta Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" obteve autorização do ONS para o início da operação comercial parcial, o que caracteriza o marco inicial da operação deste projeto. A entrada em operação comercial total está prevista para dezembro de 2022.

Adicionalmente, pelo mesmo motivo supramencionado de Gralha Azul, em 2021, foi reconhecido o montante de R$ 289 milhões referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura de Novo Estado.

d) Pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e de 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No ano de 2021, bem como em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores continue, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2022.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora, ETP II, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As controladas são sediadas no Brasil.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. As sociedades consolidadas com a ETP II são estas:

		Participação no capital (%)	
	Segmento operacional	31.12.2021	31.12.2020
Controladas diretas			
Novo Estado Participações S.A.[1] e controlada[2]	Transmissão	100	100
Gralha Azul Participações S.A.[1] e controlada[3]	Transmissão	100	100
ENGIE Transmissão de Energia Participações IV S.A.[1] e controlada[4]	Transmissão	100	100

[1] *Holding.*
[2] Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.
[3] Novo Estado Transmissora de Energia S.A.
[4] Safira Transmissão de Energia Participações S.A.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.3) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.4) Ações preferenciais resgatáveis

Correspondem a ações preferenciais resgatáveis classificadas como passivos financeiros de acordo com a natureza e as características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatório das ações a critério de seus titulares. As ações preferenciais resgatáveis são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas emissões e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Investimento

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17		
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 18		
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19		
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50		
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	31.12.2021	**31.12.2020**
Caixa e depósitos bancários à vista	2.297	370
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	431.599	47.538
	433.896	**47.908**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - ATIVO DE CONTRATO

As controladas indiretas Gralha Azul e Novo Estado são responsáveis primárias pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado, respectivamente. O prazo dessas concessões do serviço público de transmissão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão é de 30 anos, contados da data de assinatura dos contratos de concessão – 08.03.2018, e o prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

a) Gralha Azul

A Gralha Azul arrematou o Lote 1 do Leilão de Transmissão n° 002/2017, promovido pela Aneel, localizado no estado do Paraná, que totaliza, aproximadamente, 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP apresentada pela Companhia foi de R$ 231.725, com deságio de 34,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 355.407. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R$ 1,8 bilhão.

b) Novo Estado

A Novo Estado é detentora da concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão n° 002/2017, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A RAP desta concessão é de R$ 313.100, com deságio de 35,7% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2021, era de R$ 3,2 bilhões.

c) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, a Companhia reconheceu perda, líquida, por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão de R$ 469.489. A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação dos Sistemas de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa dos projetos.

d) Premissas adotadas

Premissas	Novo Estado	Gralha Azul
Margem de construção	2,24%	2,66%
Margem de operação e manutenção	55,55%	37,39%
Taxa de remuneração	7,79%	10,49%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100	231.725
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416	207.222
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2021	2.792.484	1.946.070
Estimativa para entrada total em operação comercial	12.2022	03.2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	03.2023	03.2023
Vigência do contrato de concessão	03.2048	03.2048

e) Mutação do ativo de contrato

	Consolidado
Aquisição de controlada	453.546
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	990.844
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	22.224
Ganho por eficiência na construção, líquido	38.738
Juros	25.647
Variação monetária	62.864
Saldo em 31.12.2020	**1.593.863**
Transferência de controlada	1.459.636
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	2.021.150
Margem de construção de infraestrutura de transmissão	58.090
Perdas por ineficiência na construção	(469.489)
Juros	304.505
Variação monetária	359.784
Recebimentos RAP construção	(3.909)
Saldo em 31.12.2021	**5.323.630**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	387.529
Ativo não circulante	4.936.101
	5.323.630

Em 2021, os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado tiveram suas entradas em operação comercial parciais autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 4% de suas capacidades totais.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS E OBRIGAÇÕES VINCULADOS À AQUISIÇÃO DE INVESIMENTOS

Os depósitos vinculados, no valor de R$ 45.360 (R$ 43.778 em 31.12.2020), reconhecidos no consolidado, foram efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelo vendedor da Novo Estado. A liberação ocorrerá: (i) no primeiro aniversário da data de fechamento até o limite de 2% do preço de compra base estabelecido no contrato de compra e venda de ações; e (ii) o valor remanescente, 30 meses após a data de fechamento ou no início da operação comercial, o que ocorrer primeiro.

A Companhia mantém registrado em seu passivo consolidado, em "Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos", o montante de R$ 45.359 (R$ 43.200 em 31.12.2020), referentes ao valor estimado para honrar este compromisso junto ao vendedor da Novo Estado, nos termos descritos no parágrafo anterior.

NOTA 7 - INVESTIMENTO

	Controladora						
	Aquisição de investimento	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2021
Novo Estado Participações S.A.	167.219	255.108	69.055	491.382	465	(141.923)	349.924
Gralha Azul Participações S.A.	-	3	-	3	781.283	(8.579)	772.707
	167.219	**255.111**	**69.055**	**491.385**	**781.748**	**(150.502)**	**1.122.631**

Em 2021, motivado por uma reestruturação societária, foi realizado aumento de capital na Gralha Azul Participações S.A. por meio do aporte da totalidade das ações da Gralha Azul Transmissão de Energia S.A, no montante de R$ 598.442. Mais detalhes vide Nota 1 – Contexto operacional. Os demais montantes de aumentos de capital ocorridos durante o exercício de 2021 têm por objetivo suportar os investimentos no Sistema de Transmissão Gralha Azul.

- Informações financeiras das principais controladas em 31.12.2021

	Capital social	Ativo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Participação (%)
Novo Estado Participações S.A.	419.277	926.513	349.924	(141.923)	100
Gralha Azul Participações S.A.	781.281	772.701	772.707	(8.579)	100

NOTA 8 - INTANGÍVEL

	Consolidado
	31.12.2021 e 31.12.2020
Direitos de projetos em desenvolvimento	236.021
Ágio - Novo Estado	80.247
	316.268

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um ágio técnico oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido apurado sobre os referidos direitos.

NOTA 9 - FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	55.239	51.350
Fornecedores de materiais e serviços	6.320	1.490
	61.559	**52.840**

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Cenário				
	Variação	Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	2021	2022	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.
CDI	9,2%	11,5%	2,3 p.p.	2,9 p.p.	-0,3 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2021	Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
IPCA	4.226.638	216.267	(54.070)	33.025
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	531.216	(12.536)	(16.402)	1.573

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (ações preferenciais resgatáveis, financiamentos, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Dívida	4.757.854	1.280.851
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(433.896)	(47.908)
Dívida líquida	**4.323.958**	**1.232.943**
Patrimônio líquido	**1.106.253**	**475.038**
Dívida líquida/Patrimônio líquido	**3,9**	**2,6**

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	61.559	-	-	-	61.559
Ações preferenciais resgatáveis	-	235.819	163.693	484.337	883.849
Financiamento	39.179	607.216	682.558	4.627.532	5.956.485
	100.738	**843.035**	**846.251**	**5.111.869**	**6.901.893**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	431.599	47.538
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.297	370
Depósitos vinculados	45.360	43.778
	479.256	**91.686**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	61.559	52.840
Financiamentos	4.226.638	776.067
Ações preferenciais resgatáveis	531.216	504.784
	4.819.413	**1.333.691**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	11.767	3.460.429	3.472.196	-	771.504	771.504
BASA	5.570	724.059	729.629	-	-	-
Encargos	24.813	-	24.813	4.563	-	4.563
	42.150	**4.184.488**	**4.226.638**	**4.563**	**771.504**	**776.067**

b) Mutação dos financiamentos

	Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Ingressos	-	741.939	741.939
Juros	13.980	-	13.980
Variação monetária	20.148	-	20.148
Transferências	(29.565)	29.565	-
Saldos em 31.12.2020	**4.563**	**771.504**	**776.067**
Transf. de controlada indireta	2.941	617.049	619.990
Ingressos	561	2.424.459	2.425.020
Juros	152.925	-	152.925
Variação monetária	7.085	281.633	288.718
Transferências	(89.843)	89.843	-
Amortização de juros	(36.082)	-	(36.082)
Saldos em 31.12.2021	**42.150**	**4.184.488**	**4.226.638**

c) Vencimentos dos financiamentos apresentado no passivo não circulante

	Consolidado
2023	137.930
2024	198.414
2025	198.414
2026	198.414
2027	198.414
2028 a 2032	992.072
2033 a 2037	992.072
2038 a 2042	992.072
2043 a 2044	276.686
	4.184.488

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	**Vencimento**	**Principal e encargos**	**Saldo em 31.12.2021**
Gralha Azul				
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	03.2044	Mensais, a partir de outubro de 2023	1.569.370
Novo Estado				
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	1.923.600
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	733.668

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 12 - AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

a) Mutação das ações preferenciais resgatáveis

	Consolidado - Não circulante
Emissão de ações	500.000
Juros	4.784
Saldo em 31.12.2020	**504.784**
Custo com emissão	(1.331)
Juros	27.763
Saldo em 31.12.2021	**531.216**

b) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado
2023	44.268
2024	44.268
2025	44.268
2026	44.268
2027	44.268
2028 a 2032	221.340
2033 a 2034	88.536
Ações preferenciais resgatáveis	**531.216**

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
ICMS[1]	12.515	6.011
ISSQN[2]	8.893	3.911
INSS[3]	3.390	1.551
PIS[4] e Cofins[5]	404	13
Outros	33	(96)
	25.235	**11.390**

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(2) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(3) Instituto Nacional do Seguro Social.
(4) Programa de Integração Nacional.
(5) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

[1] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

	Consolidado				
	31.12.2021				31.12.2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita de implementação de infraestrutura	4.859.115	1.214.779	437.320	1.652.099	414.093
Valor justo de direitos de projeto adquirido	236.021	59.005	21.242	80.247	80.247
Remuneração do ativo de contrato	898.747	224.687	80.887	305.574	35.397
Ativo:					
Custo de implementação de infraestrutura	5.172.812	1.293.203	465.553	1.758.756	380.913
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	504.890	126.223	45.440	171.663	14.780
Outros	17.794	4.450	1.601	6.051	11.742
Passivo líquido		**(74.595)**	**(26.855)**	**(101.450)**	**(122.302)**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		(84.507)	(30.422)	(114.929)	(125.708)
Ativo		9.912	3.567	13.479	3.406
Total		**(74.595)**	**(26.855)**	**(101.450)**	**(122.302)**

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, prevista para ocorrer até 2023.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021, era de R$ 1.204.131 (R$ 422.384 em 31.12.2020), representado por 1.204.131.182 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.204.131.181 pertencem à ENGIE Brasil Energia S.A. e 1 de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	2.079.240	1.013.068
Remuneração de ativo de contrato	664.289	88.511
Operação e manutenção	407	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.743.936**	**1.101.579**

NOTA 17 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**(213.821)**	**(213.821)**	**(213.821)**	**107.370**	**107.370**	**107.370**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**53.455**	**19.244**	**72.699**	**(26.843)**	**(9.663)**	**(36.506)**
Diferenças permanentes						
Diferença de base tributada pelo lucro presumido	(6.914)	(2.496)	(9.410)	(1.330)	(479)	(1.809)
	46.541	**16.748**	**63.289**	**(28.173)**	**(10.142)**	**(38.315)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(27)	(16)	(43)	-	-	-
Diferido	46.568	16.764	63.332	(28.173)	(10.142)	(38.315)
	46.541	**16.748**	**63.289**	**(28.173)**	**(10.142)**	**(38.315)**
Alíquota efetiva	**21,8%**	**7,8%**	**29,6%**	**26,2%**	**9,4%**	**35,7%**

NOTA 18 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Sistema de Transmissão – Novo Estado

A Companhia, por meio da controlada indireta Novo Estado, mantém contratos de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado, localizado nos estados do Pará e Tocantins, com, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos, em 31.12.2021, eram de R$ 592.990.

b) Sistema de Transmissão – Gralha Azul

A Companhia, por meio da controlada indireta Gralha Azul, mantém contratos de construção do Sistema de Transmissão Gralha Azul, localizado no estado do Paraná, o qual totaliza, aproximadamente, 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos, em 31.12.2021, eram de R$ 64.847.

NOTA 19 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

Em virtude da solicitação de anuência da Aneel para a entrada em operação dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado, foram contratadas apólices de riscos operacionais exclusivas para as suas subestações, nos montantes totais de R$ 103.147 e R$ 169.763 e vigências até 21.08.2022 e 19.12.2022, respectivamente. Estas apólice abrangem danos materiais e lucros cessantes.

b) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratadas apólices de seguros para os Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado, cujos limites para danos materiais são de R$ 1.000.000 e R$ 500.000, respectivamente.

NOTA 20 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aumento de capital por transf. de controladas	598.442	167.219	598.442	167.219
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	-	-	172.437	51.350
Prov. para desapropriações na construção de transmissão	-	-	5.941	-

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativa e Financeira

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS 068193/O-2 T-SC